



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 104/105

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE AGOSTO DE 2008

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo **Luiz Claudio Romanelli**
Líder da Oposição **Elio Rusch**
PMDB **Waldyr Pugliesi**
PSDB **Ademar Traiano**
Partido Democratas **Plauto Miró**
PT **Péricles de Mello**
PP **Duílio Genari**
PDT **Luiz Carlos Martins**
Bloco PPS/PMN **Douglas Fabrício**
Bloco PSB/PRB/PV **Pastor Edson Praczyk**
Bloco PTB/PR **Jocelito Canto**

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB - 07:** Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT - 06:** Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas - 05:** Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP - 04:** Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT - 04:** Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS - 03:** Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB - 02:** Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB - 02:** Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR - 02:** Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB - 01:** Pastor Edson Praczyk; **PMN - 01:** Dr. Batista; **PV - 01:** Rosane Ferreira.

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 104

94ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	03
Presenças	03
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Indicações	04
Requerimentos	07
Projetos de Lei	08
Pequeno Expediente:	
Dep. Elio Rusch	10
Dep. Luiz Claudio Romanelli	11
Dep. Antonio Belinati	14
Dep. Artagão Júnior	15
Dep. Péricles de Mello	16
Horário das Lideranças:	
Liderança do PMDB	
Dep. Luiz Claudio Romanelli ...	12
Liderança do PP	
Dep. Antonio Belinati	15
Liderança do PT	
Dep. Péricles de Mello	17
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	18
Discussão/Votação	
Redação Final	19
3ª Discussão	19
2ª Discussão	19
Discussão Única (Proposições) ..	20
Requerimentos	24
Encerramento da Sessão	25

DIÁRIO Nº 105

95ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	26
Presenças	26
Abertura da Sessão	26
Expediente:	
Requerimentos	26
Ordem do Dia:	
Discussão/Votação	
Redação Final	27
3ª Discussão	27
1ª Discussão	27
Encerramento da Sessão	28
Publicações:	
Diretoria Geral	
Portaria DAT	28
Atas de Comissão	
Redação	29

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 104

94ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....03

Presenças.....03

Abertura da Sessão03

Expediente:

Indicações04

Requerimentos.....07

Projetos de Lei.....08

Pequeno Expediente:

Dep. Elio Rusch.....10

Dep. Luiz Claudio Romanelli.....11

Dep. Antonio Belinati.....14

Dep. Artagão Júnior15

Dep. Péricles de Mello16

Horário das Lideranças:

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli ... 12

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 15

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 17

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 18

Discussão/Votação

Redação Final 19

3ª Discussão 19

2ª Discussão 19

Discussão Única (Proposições) . 20

Requerimentos..... 24

Encerramento da Sessão 25

DIÁRIO Nº 104

94ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 94ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

27 DE AGOSTO DE 2008

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Luiz Nishimori e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste,

Ademar Traiano, Alysso Wandscheer, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (38).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Durval Amaral, Elton Welter, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Reni Pereira e Ribas Carli Filho (12).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Dr. Batista e Teruo Kato (02).

Em licença o Sr. Deputado Edgar Bueno e a Sra. Deputada Rosane Ferreira (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO Nº 200/08

Súmula:

Sugere ao Governador do Estado, Roberto Requião, para estabelecer princípios para a proibição do corte de energia elétrica em imóveis residenciais habitados.

O Deputado que a presente subscrive, usando das atribuições regimentais, sugere ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, para encaminhar um projeto de lei para estabelecer princípios para a proibição do corte de energia elétrica em imóveis residenciais habitados, diante das seguintes disposições:

Art. 1º Estabelece princípios para a proibição do corte de energia elétrica em imóveis residenciais habitados referentes aos atrasos no pagamento das faturas da energia elétrica consumida no âmbito do território estadual, visando a garantia constitucional da fundamentação da cidadania, dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa prescritos no artigo 1º da Constituição Federal.

Art. 2º Para fins desta lei, entende-se por imóveis residenciais quaisquer imóveis que se situem dentro do território estadual, desde que se destine exclusivamente para fins de moradia e habitação humana e que não sejam geradores de receitas comerciais ou possuam características comerciais ou industriais.

Parágrafo Único. Ficam incluídos entre os imóveis definidos no *caput* deste artigo, os prédios residenciais que possuam no pavimento térreo espaços comerciais.

Art. 3º Ficam estabelecidos os seguintes princípios no tocante a proibição do desligamento de energia elétrica.

I - O consumo de energia elétrica será sempre comparado com a média dos últimos 06 (seis) meses considerando-se a sazonalidade do consumo.

II - As empresas fornecedoras dos serviços de energia elétrica possuirão cadastro completo de cada consumidor (por imóvel) com a finalidade de incluí-los no cadastro de maus pagadores quando o atraso for superior

a 60 (sessenta) dias do primeiro vencimento da fatura de energia elétrica.

III - As empresas de energia elétrica deverão possuir controles de sigilo completo a respeito dos consumidores inadimplentes, exceto ao serviço de proteção ao crédito.

IV - As empresas de energia elétrica deverão enviar mensalmente faturas de cobrança aos consumidores inadimplentes mesmo que se refira à mesma fatura anteriormente enviada.

Art. 4º As taxas de iluminação pública serão excluídas da conta de energia elétrica e repassadas à responsabilidade da Administração Pública através da Secretaria de Segurança Pública sobre a responsabilidade de pagamento à empresa fornecedora de energia elétrica e elaboração de convênios com a Administração Pública Municipal para a efetividade da manutenção e funcionamento da iluminação pública.

Art. 5º Os cortes de energia elétrica somente poderão ser executados sob a ordem dos específicos consumidores e desde que as faturas do imóvel estejam devidamente quitadas.

Art. 6º Quando a média semestral do consumidor inadimplente superar em 10% a média do mesmo período do ano imediatamente anterior, a empresa de energia elétrica deverá notificá-lo para efetiva regularização ou verificação do motivo do aumento do consumo.

Art. 7º Os efetivos técnicos das empresas fornecedoras de energia elétrica deverão ser formados por funcionários de carreira contratados através de concurso público.

Art. 8º As empresas fornecedoras de energia elétrica no estado do Paraná ficam obrigadas a se adequarem ao disposto na presente lei, e às normas aplicáveis no prazo de 3 (três) meses, a contar da data de sua publicação.

Art. 9º A presente legislação terá publicidade à ANEEL que definirá formas de punição às empresas que não cumprirem os artigos desta lei.

Art. 10. A Secretaria de Segurança Pública será a responsável pelos repasses das despesas com a iluminação pública aos municípios.

Art. 11. Todos os municípios do estado do Paraná, para fins de cumprimento da presente lei, deverão orçar os valores despendidos nos últimos 24 (vinte e quatro) meses com a iluminação pública para previsões futuras.

Art. 12. Esta lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 13. O Poder Público, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação da presente lei, deverá adotar as medidas necessárias para adequar e capacitar de forma técnica, administrativa e financeira a Companhia Paranaense de Energia - COPEL - no atendimento das finalidades previstas na presente lei.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27/08/08.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Tal indicação se faz tendo em vista as seguintes considerações:

1 - Considerando que a energia elétrica é um bem volátil que quando não utilizada é perdida no ambiente.

2 - Considerando que não existem condições tecnológicas de armazenamento da energia elétrica não consumida.

3 - Considerando a transformação dos serviços de ligamento e desligamento de energia elétrica num fator de punição e desmoralização aos consumidores.

4 - Considerando que os serviços de ligamento e desligamento de energia elétrica tornou-se motivo de aumento de receita ao poder público sem a respectiva contra partida que motive um retorno à população.

5 - Considerando a condição financeira da população das regiões metropolitanas do estado do Paraná.

6 - Considerando a escassez da mão-de-obra e o grande desemprego nas regiões.

7 - Considerando que diversos consumidores não provisionam os pagamentos de energia elétrica e utilizam esses recursos para compras em crédito.

8 - Considerando que o crédito é um dos únicos bens que muitos consumidores possuem.

9 - Considerando que muitos pais de família desempregados possuem filhos pequenos e necessitam da guarda de seus alimentos em refrigeradores.

10 - Considerando que muitos idosos e diabéticos necessitam guardar medicamentos e insulina em refrigeradores.

11 - Considerando o alto custo dos alimentos perecíveis.

12 - Considerando que a principal existência da iluminação pública é para a segurança da população.

13 - Considerando os direitos individuais e coletivos previstos no artigo 5º da Constituição Federal e o dever do estado em oferecer a segurança à população conforme artigo nº 144 da Constituição Federal.

14 - Considerando que as Prefeituras Municipais devem ser reembolsadas pelas despesas com a manutenção da iluminação pública.

15 - Considerando que toda a legislação nacional determina que a segurança é responsabilidade do Governo.

16 - Considerando que a população não é a responsável pela iluminação pública, uma vez que trata-se de Segurança Pública.

INDICAÇÃO Nº 201/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação a construção da cobertura da quadra poliesportiva da Escola Estadual Princesa Izabel, no município de Cianorte.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Exmo. Governador do Estado e à Secretaria da Educação, que determinem a construção da cobertura da quadra poliesportiva da Escola Estadual Princesa Izabel, no município de Cianorte.

Requer, outrossim, seja dada ciência à Exma. Sra. Claudete de Fátima Jacomini, do Núcleo Regional de Educação - Cianorte.

Sala das Sessões, em 27/08/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Esta escola possui 713 alunos, distribuídos em três turnos. Portanto, a cobertura da quadra poliesportiva trará inúmeros benefícios a estes alunos.

INDICAÇÃO Nº 202/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação a construção da cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual Primo Manfrinato, no município de Cianorte.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Exmo. Governador do Estado e à Secretaria da Educação, que determinem a construção da cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual Primo Manfrinato, no município de Cianorte.

Requer, outrossim, seja dada ciência à Exma. Sra. Claudete de Fátima Jacomini, do Núcleo Regional de Educação - Cianorte.

Sala das Sessões, em 27/08/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Este colégio possui 216 alunos, no ensino fundamental e médio distribuídos nos três turnos. Portanto, a cobertura da quadra poliesportiva trará inúmeros benefícios a estes alunos.

INDICAÇÃO Nº 203/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação a construção da cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual Caio Mário Moreira, no município de Cianorte.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Exmo. Governador do Estado e à Secretaria da Educação, que determinem a construção da cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual Caio Mário Moreira, no município de Cianorte.

Requer, outrossim, seja dada ciência à Exma. Sra. Claudete de Fátima Jacomini, do Núcleo Regional de Educação - Cianorte.

Sala das Sessões, em 27/08/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Este colégio possui 650 alunos, no ensino fundamental e médio distribuídos nos três turnos. Portanto, a cobertura da quadra poliesportiva trará inúmeros benefícios a estes alunos.

INDICAÇÃO Nº 204/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação a construção da cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual Izolda R. Liuti, no município de Indianópolis.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Exmo. Governador do Estado e à Secretaria da Educação, que determinem a construção da cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual Izolda R. Liuti, no município de Indianópolis.

Requer, outrossim, seja dada ciência à Exma. Sra. Claudete de Fátima Jacomini, do Núcleo Regional de Educação - Cianorte.

Sala das Sessões, em 27/08/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Este colégio possui 212 alunos, no ensino médio, distribuídos nos turnos da manhã e da noite. Portanto, a cobertura da quadra poliesportiva trará inúmeros benefícios a estes alunos.

INDICAÇÃO Nº 205/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação a construção da cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual José Guimarães, no município de Cianorte.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Exmo. Governador do Estado e à Secretaria da Educação, que determinem a construção da cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual José Guimarães, no município de Cianorte.

Requer, outrossim, seja dada ciência à Exma. Sra. Claudete de Fátima Jacomini, do Núcleo Regional de Educação - Cianorte.

Sala das Sessões, em 27/08/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Este colégio possui 901 alunos, no ensino fundamental e médio distribuídos nos três turnos. Portanto, a cobertura da quadra poliesportiva trará inúmeros benefícios a estes alunos.

INDICAÇÃO Nº 206/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação a construção da cobertura da quadra poliesportiva da Escola Estadual Machado de Assis, no município de Tuneiras do Oeste.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Exmo. Governador do Estado e à Secretaria da Educação, que determinem a construção da cobertura da quadra poliesportiva da Escola Estadual Machado de Assis, no município de Tuneiras do Oeste.

Requer, outrossim, seja dada ciência à Exma. Sra. Claudete de Fátima Jacomini, do Núcleo Regional de Educação - Cianorte.

Sala das Sessões, em 27/08/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Esta escola possui 97 alunos, no ensino fundamental. Portanto, a cobertura da quadra poliesportiva trará inúmeros benefícios a estes alunos.

INDICAÇÃO Nº 207/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação a construção da cobertura da quadra poliesportiva da Escola Estadual Cuaraítava, no município de Tuneiras do Oeste.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Exmo. Governador do Estado e à Secretaria da Educação, que determinem a construção da cobertura da quadra poliesportiva da Escola Estadual Cuaraitava, no município de Tuneiras do Oeste.

Requer, outrossim, seja dada ciência à Exma. Sra. Claudete de Fátima Jacomini, do Núcleo Regional de Educação - Cianorte.

Sala das Sessões, em 27/08/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Esta escola possui 39 alunos, no ensino fundamental. Portanto, a cobertura da quadra poliesportiva trará inúmeros benefícios a estes alunos.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2275

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 28 de agosto (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 27/08/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2286

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco das Proposições de Veto de nºs 091/06, 053/07, 080/07 e 120/07 respectivamente itens 07, 08, 09 e 10 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 27/08/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2266

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, informa à Mesa Executiva Diretora dos trabalhos legislativos que foi convidado a participar, nesta data, da abertura da 17ª Convenção da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Paraná - FACIAP, que será realizada em Foz do Iguaçu e na qual também estará acompanhando o Sr. Governador do Estado, razão pela qual REQUER, após receber o apoio de seus Pares, seja-lhe autorizado a se ausentar da presente Sessão Legislativa Ordinária - e, caso ocorra Sessão Extraordinária na presente data, também desta Sessão - a fim de que possa ser nomeado para representar esta Casa de Leis naquele evento.

Sala das Sessões, em 27/08/08.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 2267

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência do Deputado Dr. Batista, pois, ausentar-se deste Plenário na Sessão do dia 25 e 27 de agosto do corrente ano face a compromissos parlamentares previamente agendados em sua região de atuação.

Sala das Sessões, em 27/08/08.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 2271

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após consultado e aprovado pelo douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao time de basquetebol do Colégio Mãe de Deus, de Londrina, que sagrou-se campeão dos Jogos Escolares do Paraná, em Curitiba.

Comandado pelo competente e dedicado treinador, professor Hamilton Azevedo, as 12 alunas provaram, na competição, o bom preparo que receberam e, acima de tudo, o amor e a garra pela camisa do Mãe de Deus, portanto, também merecedoras do nosso aplauso.

Requeiro que a homenagem deste Poder Legislativo seja comunicada ao professor Hamilton Azevedo, com votos de muitas outras conquistas.

Sala das Sessões, em 27/08/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2272

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, sejam consignadas na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de reconhecimento público e de congratulações ao Colégio Mãe de Deus, de Londrina.

O colégio foi fundado em 1936, pelo Instituto Secular Irmãs Schoenstatt, bem próximo da emancipação do município. Tendo como Diretora a Irmã Nelly Mendes, conta com o maravilhoso, competente e abençoado trabalho de 44 Irmãs, 60 professores e 25 funcionários que dão o melhor de suas vidas na educação de 600 alunos.

O Colégio Mãe de Deus de Londrina é um dos melhores do Brasil. Engrandecido pelo alto nível de educação ali ministrado, modelo considerado de 1º mundo. Há que se destacar, também, que os alunos, além de cultura, são preparados para o presente e para o futuro por Irmãs e professores de admirável formação religiosa e familiar.

Requeiro que as homenagens desta Casa de Leis sejam transmitidas à Diretora Irmã Nelly Mendes, com votos de que nosso Deus, nosso Pai Celestial continue derramando chuvas de bênçãos na vida pessoal, familiar

e profissional de todos que contribuem para o sucesso desse grande colégio.

Sala das Sessões, em 27/08/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2273

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de reconhecimento público e de congratulações ao Hospital Universitário de Londrina.

Fundado em 01/08/71, conta com cerca de 2 mil funcionários que dedicam o melhor de suas vidas para fazer dele um hospital referência no Paraná. No HU de Londrina tudo merece elogio: os pacientes recebem atendimento médico de absoluto Primeiro Mundo, além de serem cuidados com competência e amor pelos valorosos enfermeiros. A alimentação ali servida e a limpeza de todas as suas instalações merecem destaque. Em cada setor do HU há sempre o toque de amor de todos aqueles que nele trabalham. É impossível afirmar com segurança o número exato de vidas humanas já salvas. A direção do HU é assim constituída: Diretor-Superintendente, Dr. Francisco Eugênio Alves de Souza; Diretor-Clinico, Dr. Marcos César Barros de Almeida Camargo; Diretor-Administrativo, Hilário Nunes Silva Júnior; e, Diretora de Enfermagem, Cleuza Takeda Kuwabara.

Requeiro que as homenagens deste Poder Legislativo sejam comunicadas à direção do HU, rogando que Deus continue derramando chuvas de bênçãos na vida pessoal, familiar e profissional de cada criatura humana que faz parte, com seu honrado trabalho, desse extraordinário sucesso humanitário e social do HU de Londrina.

Sala das Sessões, em 27/08/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2276

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de louvor para o professor Ademir Pereira Júnior, do Colégio Estadual Adaile Maria Leite, de Maringá por ter vencido o Prêmio Victor Civita - Professor Nota 10 em São Paulo, com o Projeto O Cálculo Mental e os Registros Escritos em Portfólio.

O professor receberá o prêmio de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em São Paulo, no dia 11/10/08, junto com outros nove educadores brasileiros também premiados.

Da cerimônia de entrega do prêmio participam grandes mestres da educação de diversos países, entre eles o educador Gerard Vernaund, da França.

No próximo dia 13, o professor Ademir defenderá o projeto em banca, concorrendo ao título de Professor do Ano 2008.

Com os cumprimentos deste Parlamentar.

Sala das Sessões, em 27/08/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2269

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Stênio Jacob, SANEPAR, para que sejam tomadas providências no sentido de construção da rede de esgoto no bairro Jardim Dona Evanira, na cidade de Pinhão.

Sala das Sessões, em 27/08/08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que esta rede de esgoto atenderá as ruas Dezenove de Novembro, Serafim Ribas, avenida Hipólito Aires de Arruda e as demais ruas.

Sendo hoje uma das grandes dificuldades do bairro a falta de rede de esgoto ocasionando diversos problemas, pois existe um rio que corta a vila, havendo assim a contaminação deste manancial e ocasionando sérios riscos a saúde da população.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 366/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ivaté, com sede no município de Ivaté e foro na comarca de Icaraíma.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27/08/08.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ivaté, entidade fundada em 14/11/06, têm por finalidade atender as necessidades culturais, educacionais, desportivas e de saúde, do grupo a que destina o seu trabalho na comunidade em que está inserida, bem como, promover em caráter assistencial, o estudo e a pesquisa, buscando o amparo aos seus atendidos, além de contribuir para o bem-estar e a congregação destes na sociedade.

Destacamos, sobremaneira, a constante e importante atuação desta entidade perante seus representados, com o êxito comprovadamente alcançado em todas as suas realizações.

Trata-se de uma entidade, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 08.688.284/0001-62, e pela

sua comprovada importância e representatividade, merece ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a declaração desta entidade como de utilidade pública do estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 367/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica assegurado aos portadores de deficiência visual o direito de receber, sem custo adicional, os boletos de pagamento das contas de água, energia elétrica, telefonia e extratos bancários confeccionados com as informações sobre valores e consumo também em braile no estado do Paraná.

Parágrafo Único. Para obter o benefício à lei, os interessados deverão efetuar a solicitação junto à empresa prestadora de serviço, onde será feito o seu cadastramento.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27/08/08.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Embora as pessoas portadoras de necessidades especiais tenham conseguido grandes avanços e conquistas nas últimas décadas no que concerne a sua capacitação perante a sociedade, elas ainda possuem muitos obstáculos a serem superados para lhes proporcionar uma melhoria na qualidade de vida em seu cotidiano.

É frustrante e constrangedor ao portador de necessidades visuais ter que pedir para que alguém verifique os valores que devem ser pagos todas as vezes que as contas chegam em sua residência. Essa prática acaba transmitindo uma sensação de improdutividade e até mesmo um sentimento de exclusão social àqueles que precisam constantemente do auxílio dos seus semelhantes.

Com a impressão das informações dos boletos das contas de água, energia elétrica, telefonia e extratos bancários em braile, o portador de necessidades visuais terá não somente condições de ser mais independente, mas também de se sentir mais útil, produtivo e principalmente mais cidadão.

Isto posto, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 368/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Cruz Vermelha Brasileira - Filial do Estado do Paraná,

com sede e foro no município de Curitiba/PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27/08/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Cruz Vermelha - Filial do Paraná, fundada em 22/04/17, por destacadas figuras da sociedade curitibana, a instituição desenvolveu-se ao alento do trabalho e dedicação de pessoas da comunidade que, notavelmente, a projetaram e engradeceram.

Ao passar dos anos a instituição passou por inúmeras mudanças. Além do auxílio aos necessitados através de campanhas do agasalho, das cestas básicas, de doação de sangue, de córnea, de verificação de pressão arterial e etc que eram constantemente promovidas, foi uma conceituada Escola de Enfermagem e Instituto de Higiene Infantil.

No ano de 1947, fundou-se o Hospital da Cruz Vermelha que, de lá para cá, passou por inúmeras mudanças e inovações.

A Cruz Vermelha - Filial do Estado do Paraná, integra a organização federativa das associações da Cruz Vermelha existentes no país. É assim uma associação de socorro voluntário, autônoma, auxiliar dos Poderes Públicos e, em particular dos serviços militares de saúde.

Desde sua fundação procura levar adiante o propósito da instituição de atenuar o sofrimento humano tanto na guerra quanto na paz.

Tem por finalidade prevenir e atenuar os sofrimentos humanos, com imparcialidade, sem distinção de raça, nacionalidade, nível social, religião e opinião política, podendo sua atuação em determinados casos, estender-se para além do território brasileiro.

O título de utilidade pública estadual vem a complementar o reconhecimento pelo importante trabalho que esta instituição realiza para a sociedade paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 369/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual o Lar Abrigo de Jesus do Paraná, com sede e foro no município de Morretes/PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27/08/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Lar Abrigo de Jesus do Paraná é uma instituição civil de direito privado, sem fins lucrativos, não fazendo acepção étnica, sócio-econômica, política ou religiosa, sem distinção de raça, cor, sexo, religião ou filosofia.

Atende todos os dependentes químicos que professam vontade de deixar os vícios, tendo como objetivo principal devolver a sociedade em condições de convivência, pessoas outrora consideradas discriminadas.

Em suas atividades a entidade presta atendimento psicológico, social, educativo, cultural, esportivo e outras, para desenvolver integralmente a pessoa humana, resgatar a sua dignidade. Também conta com ajuda de pessoas sensíveis a causa, buscam parcerias através de convênios com os órgãos governamentais, privados, e outros.

O título de utilidade pública é essencial para que este trabalho possa ser mantido.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao 1º orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O Paraná nos últimos dias está sendo colhido de surpresa. A população, não nós porque nós conhecemos o estilo do nosso Governador Roberto Requião. As multas que o Governo do Estado e a própria pessoa do Governador Roberto Requião estão recebendo, são praticamente incalculáveis.

Primeiro, alertamos daqui desta tribuna o uso indevido da TV Educativa pelo Governo do Estado. Tanto é que mandamos um ofício subscrito por diversos Parlamentares para a Comissão de Comunicação do Congresso Nacional para que se tomassem as providências junto ao Ministério das Comunicações lá em Brasília, pelo uso indevido da TV Educativa. Nós Entendemos que, a TV Educativa do Paraná devia seguir os mesmos moldes da TV Educativa de São Paulo, onde o Governo não a usa para atacar os seus oponentes políticos e muitos menos para agredir e atacar a imprensa do seu estado, que não comungam com os mesmos ideais do Governo do Estado.

Mas, aqui no Paraná tudo é diferente. O Governador foi alertado pelo uso indevido da TV Educativa, continuou fazendo as agressões à imprensa do Paraná, usa a TV Educativa para atingir os seus adversários políticos. E a Justiça não teve outra alternativa se não a de aplicar as multas. Veio a primeira multa de R\$ 50 mil; a segunda de R\$ 200 mil; tudo multas pessoais, para a pessoa física, para o Governador do Paraná Roberto Requião. E o Juiz Federal, recentemente bloqueou as contas do Governador do Estado do Paraná.

Multas também vieram ao Porto de Paranaguá. A primeira que tomamos conhecimento foi de R\$ 170 mil pelo descumprimento de uma resolução da ANTAQ. A segunda multa, sua origem é de 2004 referente a uma

autuação feita pelo Ministério da Fazenda pelo descumprimento e alguns dispositivos da Legislação. E esse R\$ 1 milhão 601 mil são valores de 2004. Esses devem ser corrigidos. E por falar em porto de Paranaguá, essas multas que a APPA paga muito bem podia ser usado, uma parte desses recursos ao menos, para dragagem, canal da Galheta, para sinalização, para melhoria do porto de Paranaguá, já que o porto é um dos melhores portos que existe no Brasil e porque não dizer até da própria América.

Mas, infelizmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sobre o porto de Paranaguá nós recebemos hoje uma outra denúncia. Olhem, Srs. Deputados, imprensa do Paraná, mais de 70 empresas já estão no porto de Paranaguá, protocolaram o pedido para que elas pudessem operar lá no porto, nos serviços correlatos aos navios. Por exemplo, existem algumas empresas credenciadas e precisam da autorização da APPA, algumas empresas já estão credenciadas e para entrar no porto de Paranaguá, para prestar serviço correlato e o Deputado Waldyr Pugliesi que foi Secretário dos Transportes, conhece melhor do que eu a questão dos portos e do porto de Paranaguá, o Deputado Nelson Justus, nosso Presidente, que foi Secretário dos Transportes também, dizer que existem mais empresas interessadas, Srs. Deputados, em realizar alguns serviços, por exemplo, alimentação, o serviço de solda, serviço de mecânica, serviço de retirada do lixo, serviço de retirada de óleo queimado e assim por diante. Essas empresas que pedem, já tem o seu protocolo, está tudo OK, falta apenas a assinatura do Superintendente da APPA para que essas empresas possam efetivamente realizar o seu serviço, mas a APPA, infelizmente, não autoriza. E por que não autoriza? São poucas as empresas que fazem e nós entendemos - quanto mais empresas existirem no ramo você automaticamente força uma concorrência, existe a concorrência e você pode forçar o preço mais baixo.

Como funciona? O armador do navio, ou seja, o proprietário do navio quando vem atracar no porto, ele contrata ou nomeia uma agência para que essa agência possa contratar das mais diversas empresas para fazer os reparos, os serviços necessários no navio enquanto espera no porto de Paranaguá. Mas o Superintendente do porto ou a administração dos portos de Paranaguá e Antonina não estão dando esta autorização. Mas tudo bem. Vamos fazer o que? Vamos esperar a boa-vontade da administração dos portos para que eles efetivamente possam autorizar essas empresas para realizar esse serviço.

As condenações a que nós nos referimos, seja a TV Educativa ao porto de Paranaguá, as outras condenações que ainda virão e que já vieram, nós já pagamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para a UEG Araucária quase meio milhão de reais. Por que quase meio milhões de reais nós pagamos? Pelo rompimento do contrato unilateral que o Governo do Estado fez através da COPEL com outros associados. E esse processo, a bem da verdade, tem que ser muito bem recapitulado e temos que rebuscar

essa história, essas empresas que se sentiram prejudicadas entraram com a ação. E essas ações, processos estavam na Câmara Arbitral, na França, em Paris, para ser julgado. E para que não viéssemos a pagar uma multa de US\$ 850 milhões, o Governo achou por bem comprar algumas ações e que tenha a maioria hoje na UEG Araucária, que essas ações viriam de graça para o estado do Paraná. Então, nós gastamos meio bilhão de reais, R\$ 500 milhões na compra dessas ações. Deputado Antonio Belinati. Aconteceu com a UEG Araucária. Por que? Pelo fato desse rompimento unilateral que houve.

Quais outras ações que existem? As reintegrações de posse não cumpridas, a grande maioria e as pessoas que não conseguem a reintegração de posse não têm outra alternativa a não ser recorrer na Justiça e a Justiça vai fazer o quê? Vai condenar o estado a indenizar os proprietários rurais pelo período em que as fazendas se encontravam invadidas! E uma das maiores indenizações, acredito eu, vai acontecer na Fazenda Syngenta, no oeste do estado, mais precisamente no município de Santa Teresa. Outras ações que devem acontecer: a questão dos transgênicos: a questão dos rompimentos dos contratos também na SANEPAR; a questão dos pedágios no estado do Paraná; tudo isso vai demandar ações na Justiça! Uma frase que tantas vezes se repete e que todos nós conhecemos diz o seguinte: "Decisão da Justiça não se discute, cumpre-se."

Aqui no Paraná, no atual Governo, é o inverso, é a mesma história de uma mãe que foi ver o filho desfilando no dia 7 de setembro, lá estavam desfilando centenas e centenas de crianças e ela falou, orgulhosamente, para suas amigas ao lado: "Olhem, de todos os alunos que estão desfilando o único que está com o passo errado é meu filho, os demais estão todos com o passo errado." Isso se aplicaria aqui no Paraná em relação ao não cumprimento dessas multas e das decisões da Justiça no nosso estado!

Uma outra coisa: ontem na "escolinha" do Governo o Governador mencionou o bloqueio da sua conta e, que o Governador disse ontem e a imprensa tem noticiado hoje? O Governador disse que com a conta bloqueada no Banco do Brasil ele não teria dinheiro para pagar a escola de seus filhos, não teria dinheiro para pagar a luz, não teria dinheiro para pagar a água. Eu digo ao Governador: Governador, não se preocupe, a luz que o senhor não vai conseguir pagar eu acredito que é lá da Granja do Canguiri, ela é do Governo, a água também deve ser a mesma, já que o Tribunal de Contas, agora, recentemente, quando julgou as contas do Governo do Estado, de 2007, aprovou as contas com ressalvas. Uma das ressalvas dizia, Deputado Romanelli, que o Governo do Estado deve para a COPEL R\$ 10 milhões com conta de luz. O Governo do Estado deve para a SANEPAR R\$ 16 milhões, o Governo do estado deve para a telefonia e transmissão de dados R\$ 24 milhões e 900 mil. Isso diz o Tribunal de Contas, não é o Deputado Elio Rusch que diz isso, ressalvas que foram feitas pelo Tribunal de Contas

e, que foram confirmadas pelo Chefe da Casa Civil que essas ressalvas seriam sanadas em 60 dias.

Eu podia dizer o seguinte, Deputado Plauto: que o Governo do Estado do Paraná não se preocupe, se a COPEL ameaçar cortar a luz, ele que pela a Luz Fraterna, a água se a SANEPAR quiser cortar a água ele que peça a tarifa social. O próprio Governo instituiu isso, o Governador muitas vezes se preocupa com certas coisas quando na verdade isso é consequência de um fato originado por quem? Não pela COPEL, nem pela SANEPAR, não pelo Tribunal de Contas, mas por ele mesmo por descumprir algumas determinações e algumas ordens.

Por essa razão, Sr. Presidente, usei a tribuna hoje, não podia deixar passar em branco essa questão da multa que o Governador do Estado do Paraná foi autuado, o bloqueio da sua conta, acho que também não é justo bloquear conta mais onde se recebe o salário, mas eu acredito que ontem ele disse que não vai conseguir pagar as contas de luz e água, em tom de brincadeira, eu me sinto da mesma forma, como ele se dirigiu, através da "escolinha" de falar para a sociedade do Paraná eu também digo o seguinte: Governador apela à Luz Fraterna e a tarifa social para que não tenha sua água e luz cortadas.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

**Deputado Luiz Claudio Romanelli
(PMDB)**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente. Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Eu não ia utilizar a palavra nesta tarde, mas sinceramente, me desculpe o Deputado Elio Rusch, mas V. Exa. não pode cometer um deboche igual a esse na tribuna sobre um tema que é da maior importância e relevância. Primeiros em relação a COPEL. A COPEL é nossa. Se fosse pela sua vontade, ela não seria mais nossa, Deputado Elio Rusch. Nós defendemos o patrimônio público e ele tem gerado bons frutos para a sociedade paranaense.

Por isso, quero dizer, com todo o respeito a V. Exa., respeitando o seu posicionamento ideológico, que a COPEL é um instrumento do desenvolvimento do estado do Paraná graças a este Governo. O Governador Requião, com firmeza, acabou com aqueles contratos onerosos e fez com que a empresa fosse a empresa lucrativa que é hoje e que é exemplo. Deputado Enio Verri, V. Exa. que até recentemente foi Secretário do Planejamento e conhece muito bem as entranhas das finanças públicas do estado do Paraná e sabe quanto que a COPEL contribui para esse desenvolvimento que temos experimentado no estado do Paraná.

Por isso, Deputado Elio Rusch, sinceramente, entendo que o Chefe da Casa Civil, o Dr. Rafael Iatauro,

já foi muito pontual e disse que as ressalvas que o Tribunal de Contas fez são apenas ressalvas, e alguns são desencontros da desinformação. Dinheiro, o nosso Governo tem. Tanto tem dinheiro que neste mês de agosto, que foi um mês que normalmente se dizia como um mês de desgosto para os educadores, temos que reconhecer que agosto vai ser lembrado, daqui para frente, como o mês em que este Governo dignificou, de forma muito objetiva, a vida dos professores, através do incremento da sua renda. Seja ela feita com o aumento real de 10% no valor do salário dos professores da rede pública estadual, seja através da reestruturação do Plano de Cargos e Salários dos docentes do ensino superior, onde o reajuste médio acabou sendo de 18,3%. Ou seja, através do Plano de Cargos; Salários e Vencimentos dos servidores estaduais, das escolas e colégios estaduais do estado do Paraná. Deputado Nishimori.

Esse é um grande avanço, uma conquista, uma vitória. V. Exa. inclusive participou desse processo, como Deputado que integra a base do Governo, como todos que aqui estão, o Deputado Enio Verri, o Deputado Jocelito, o Deputado Chico Bühner, o Deputado Luiz Accorsi, que tem contribuído, é verdade que todos contribuíram, até a Oposição, ontem, para a minha surpresa, acabou votando a favor do projeto, embora muitas vezes a Oposição queira criar obstáculos para que possamos avançar cada vez mais em relação aos temas que são fundamentais para uma sociedade mais justa. Tenho convicção que aqui nesta Casa estamos conseguindo avançar muito.

Ontem, o Presidente desta Casa, o Deputado Nelson Justus, junto com o Deputado Alexandre Curi, foram homenageados pelo setor da indústria do vestuário, pelo grande benefício fiscal conquistado por esta Casa, que beneficiou todo um setor, onde temos mais de 100 mil empregos que são gerados no estado do Paraná, um setor extremamente importante e que esta Casa - o Deputado Ademar Traiano, que não está aqui neste momento na Sessão, mas que também participou ativamente - foi fundamental uma articulação adicional para que pudéssemos chegar a vivenciar este momento.

Ou seja, temos aqui, tenho convicção e fiz aqui outro dia, Deputado Elio Rusch, e até é interessante, porque isso acabou produzindo um artigo no jornal Gazeta do Paraná, e quero dizer as terças-feiras sempre publicaremos um artigo na Gazeta do Paraná, de Cascavel.

A produção legislativa que este Parlamento aqui realiza é significativa, como tem sido importante a produção legislativa que nas Câmaras de Vereadores e até no Congresso Nacional, que tenho um questionamento em relação ao Presidente, atual Presidente da Câmara dos Deputados, por conta do resultado como um todo.

Entendo que poderíamos ter avançado muito, especialmente naquilo que envolve a questão da reforma política. Poderíamos ter avançado na reforma tributária em temas que, na verdade, acabam não sendo regulamentados, não sendo legislados pelo Poder que tem a obrigação de fazer que é o Legislativo e que acaba sendo ele pro-

vido pelas decisões da Justiça, especialmente do Supremo Tribunal Federal. Temos que reconhecer que há uma crise nesse aspecto, o Poder Judiciário, especialmente através do seu órgão supremo que é o STF, tem legislado. Ele tem adentrado naquele campo que seria específico da atividade parlamentar.

Hoje votamos em 2ª discussão o nosso Plano de Carreira dos servidores das escolas estaduais. São mais de 14 mil servidores que hoje integram o quadro geral de pessoal do estado. A partir de agora terão todos os benefícios próprios de uma carreira regidos por um estatuto que regulamenta a sua ascensão profissional, regulamenta um conjunto de reivindicações que daqui para frente eles terão, de forma muito específica, que estar tratando. Quero crer que temos avanços a serem feitos.

Certamente ainda não é o tempo, mas haverá um tempo de discutirmos um Plano de Cargos e Salários para os servidores da Saúde, que é uma antiga reivindicação do SindSaúde com quem eu tenho discutido de forma permanente. Não é ainda o momento de avançarmos, como também temos que discutir a PEC que foi apresentada pela Deputada Cida Borghetti, que trata da questão da aposentadoria em especial dos Diretores e pedagogos. Nós sabemos, que há pessoas que estão ansiosas em relação à votação dessa PEC pela importância que ela tem.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Tão logo, consigamos superar os temas que envolvem o plano de custeio, especialmente os cálculos atuariais feitos na ParanaPrevidência, e os pareceres jurídicos, para que a ParanaPrevidência possa fazer como já estava fazendo o Instituto Nacional de Seguridade Social - o INSS, que está reconhecendo esse direito por conta da legislação federal. Vamos chegar ao momento em que os Diretores vão ter reconhecido o direito de aposentadoria especial, até porque regência de classe não tem, porque não estão em contato direto com os alunos no dia-a-dia do ponto de vista pedagógico.

Mas, a responsabilidade de um Diretor é imensa, enormes e muitos Diretores aqui no Paraná, já há 12 anos cumprem uma missão difícil, passando por períodos difíceis para poder manter as escolas, com toda a demanda havida do relacionamento com os docentes, com os alunos, pais dos alunos, com a comunidade. Nada mais justo e merecedor que eles tenham o direito à aposentadoria especial aos 25 anos de serviço, se assim desejarem.

Entendo, que isso é uma questão que está sendo tratada e nós num tempo certo vamos resolver. Não posso ver o Governador Requião que está cerceado na sua liberdade de expressão, manifestar a sua indignação. Imaginem cada um de nós, de repente, temos nossas contas para pagar e vemos nossa conta pessoal, nossa conta-salário bloqueada! Imagina se tirassem 50 mil da sua conta! Primeiro, que não ia ter, provavelmente, R\$ 50 mil na conta. Muito provavelmente, avançaria no limite do

cheque especial. O Presidente Nelson Justus, que tem sangue azul, certamente teria os 50 mil na conta. Mas, eu rio e brinco desta forma, porque, imagina um Governador como o Requião, que é um homem austero, todos que o conhecem sabem como ele é na vida pessoal. Imagina ele, que não gosta, tem até um certo horror a gastar dinheiro. Não vou dizer que ele seja pão-duro, mas ele não gosta de gastar dinheiro.

Imagina R\$ 50 mil que são bloqueados na conta. Por conta do quê? Por conta de uma dívida? Não. Por conta de uma decisão judicial, fruto de uma disputa, que se tornou uma disputa política. Mas, tenho a convicção de que neste país temos bons Juízes. Inclusive, o próprio Juiz que aplicou este bloqueio nas contas do Governador Roberto Requião, ele pode por decisão pessoal, mesmo, revogar esta decisão. Para mim não seria surpreendente, porque eu conheço bem e sei que o Desembargador poderia reformar sua decisão. Entendo que seria justo se ele mesmo modificasse a decisão.

De qualquer forma, há uma ação de descumprimento de preceito fundamental, que tem como patrono o Jurista Celso Antonio Bandeira de Mello, que é inegavelmente o maior administrativista deste país, embora no Paraná nós também estejamos bem, temos uma safra de grandes autores de Direito Administrativo, o professor Marçal Justen, o professor Romeu Felipe Bacellar, que são autores renomados. Na área do Direito Constitucional, professor Clemerson Merlin Clève, são pessoas que o Paraná tem como referência. Na área do Direito Civil, o professor Edson Luiz Fachin, são pessoas que se destacam, pessoas que são respeitadas nacionalmente e algumas internacionalmente.

Mas, eu entendo que o Celso Antonio Bandeira de Mello é inegavelmente, até pela sua história, pela sua trajetória, pela sua vida, um patrono de uma ação que qualquer um de nós gostaria de ter. E certamente ele saberá defender, no Supremo Tribunal Federal os direitos do Governador Roberto Requião, face aos princípios constitucionais, especialmente os da liberdade de expressão, que está posto e positivado na nossa Carta Magna de 1988. E que é inegavelmente fruto de todo o processo reivindicatório dos que combateram contra a ditadura, o de garantir justamente a liberdade de expressão. Temos os mecanismos legais para isso.

Tanto o Código Penal, hoje, pode ser acionado e sempre pôde, por calúnia, injúria ou difamação, por quem se sinta ofendido, como as ações de indenização por dano moral, que também estão muito em voga: são comuns e estão sendo, efetivamente, um instrumento para poder reparar danos. Embora o preço da dor, muitas vezes, e quem seja ofendido, nunca poderá ser reparado com indenização pecuniária. Mas, inegavelmente temos que reconhecer que as pessoas todas, seja ele o mais simples dos cidadãos até o Governador do Estado, têm o direito à liberdade de expressão.

Entendo que nenhum de nós, em tempo algum, por qualquer razão, pode impor ao outro qualquer dificuldade

para expressar sua opinião. Coisa que vou fazer, inclusive, com meu colega Deputado Marcelo Rangel, para que ele expresse seu ponto de vista.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)

Deputado Romanelli, a respeito do que V. Exa. falou no início do seu pronunciamento, estou acompanhando atentamente, o senhor falou que se espantou quando a Bancada de Oposição votou favorável ao Plano de Cargos e Carreiras dos servidores públicos e que normalmente a Bancada de Oposição cria obstáculos.

Não concordo com o ponto de vista de V. Exa., mesmo sabendo que o seu pronunciamento é extremamente eloquente e o senhor trabalha com muita responsabilidade à frente da Liderança do Governo. Porque o Plano de Cargos e Salários dos servidores está sendo discutido desde o começo do ano e já tivemos outras oportunidades de votarmos esses projetos aqui na Assembléia Legislativa, bem como o aumento de salário dos professores e, com todo respeito, Deputado Romanelli, na ocasião, quem criou os obstáculos foi a Bancada do Governo, sendo que nós solicitamos, reivindicamos e cobramos - a Bancada de Oposição faz uma oposição extremamente responsável, séria e competente. É claro que foi um grande benefício, foi uma grande conquista e nós, ontem, com orgulho, votamos a favor desse grande benefício para os servidores, mas existe, sim, a contribuição da Bancada de Oposição, que desde o início do ano está discutindo, juntamente com os servidores, mas principalmente temos que dizer que esses benefícios só saíram graças ao trabalho dos próprios servidores, dos professores e dos funcionários.

Era isso que gostaria de deixar registrado, Deputado Romanelli.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Deputado Marcelo Rangel, agradeço os elogios que V. Exa. faz ao nosso Governo. Quero fazer aqui um reparo, que eu não disse de forma taxativa que a Oposição, mas disse que especificamente neste mês de agosto, nesses projetos, não aconteceu. Então, para ser mais explícito, como houve uma mobilização através da APP - Sindicato, a Oposição aqui ficou mais sensível e não criou os obstáculos que havia criado no mês de maio, quando votamos o reajuste salarial para toda a categoria dos servidores públicos, e temos que reconhecer isso, que desta vez houve uma colaboração da Oposição para que pudéssemos fazer esse processo legislativo mais célere.

Era isso. Não quis aqui, de maneira nenhuma, desmerecer ou desqualificar o trabalho da Oposição, que respeito muito, e V. Exa. sabe que mantenho permanentemente um diálogo construtivo e respeitoso com a Oposição.

Então, quero dizer, Sr. Presidente, para encerrar e apenas concluir o tema que envolve o direito à liberdade de expressão do Governador Requião, que sou absoluta-

mente solidário com o Governador, não por ser Líder do seu Governo nesta Casa - e por isso tenho obrigação de ser leal ao Governador - mas porque faço política com o Requião há mais de 30 anos, conheço profundamente o Requião, conheço esse homem público, sei o seu espírito em relação àquilo que é fundamental para uma sociedade mais justa, a sua capacidade de luta, a sua capacidade de irrisignação quando está em risco o interesse público e, fundamentalmente, a sua capacidade de manifestar o seu pensamento.

Então, só quero concluir aqui perguntando a todos o seguinte: o que você acharia de ficar sujeito a, cada vez que expressa sua opinião através de um canal de televisão, você estar sujeito a uma multa de R\$ 50 mil? Pense nisso!

Era isso, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, Deputado Nishimori, Deputado Jonas, Deputada Cida Borghetti, Deputados, comitê de imprensa, visitantes e telespectadores.

Presidente, vi há pouco na tribuna o meu amigo Elio Rusch fazendo um discurso que debito na conta da ironia, de que o Governador Roberto Requião deveria entrar na fila da tarifa social, ou pedir um desconto da água que ele gastou, ou para não pagar a conta de água e buscar a tal da luz fraterna e não pagar a conta de luz. Só pode, lógico, ser uma grande ironia, porque o Governador tem um salário, em número redondo R\$ 25 mil por mês, não sei se o Governador Requião se aposentou ou não como Senador da República, tem mais aqui a aposentadoria da Assembléia, eu não sei porque ele foi Deputado aqui, não têm? Mas, o salário de R\$ 25 mil por mês em número redondo evidentemente que é mais do que evidente, Deputado Elio Rusch, que seria até uma coisa curiosa, o Governador na fila da COPEL: "O que o senhor veio fazer aqui?"

O certo seria entrar na fila, pegar a senha e esperar como a gente espera, porque eu fui tirar o meu RG e fiz como todo cidadão faz, não fui lá como Deputado, fui como cidadão, tirei a senha, cheguei mais ou menos 8h da manhã e fui atendido por volta de uma hora da tarde e não reclamo do funcionário, porque esse é o ponto de vergonha no Paraná a fila de espera, no momento em que eu fui requerer a segunda via do meu RG tinha um cidadão lá que me disse: "Olha, Belinati, eu cheguei pouco depois das 5h da manhã e fui atendido quase uma hora da tarde". Então eu fico imaginando se o Governador Roberto Requião, nesse caso da luz fraterna, se ele iria requerer uma senha e aguardar na fila e pedir que também quer a luz na faixa, sem pagar nada.

Agora, Presidente, é hora do Governo acabar com essa fila do Instituto de Identificação. E é muito simples, não tem segredo, não precisa fazer milagre. Como é que resolve isso? Tem algum gênio, algum cientista para indicar como resolver o problema do Instituto de Identificação? Não precisa milagreiro não, não precisa acender vela para santo nenhum é só contratar mais funcionários, tanto em Curitiba como nas cidades do interior, porque em Londrina também a Prefeitura retirou do Instituto de Identificação funcionários que por muitos anos eram cedidos pela Prefeitura, trabalhavam em parceria com o Governo do Estado e, agora sem esses funcionários os londrinenses quando precisam sofrem o constrangimento de esperar a manhã inteira na fila.

Presidente, vejo na Tribuna do Norte, que é um grande jornal de Apucarana, uma matéria que está em outros veículos de comunicação, que os aposentados brasileiros, da Previdência Social, estão recebendo do INSS a primeira parcela do 13º salário. Antigamente, eu me lembro quando o meu pai, ferroviário, recebia o pagamento, era motivo de festa em casa. O pai, a primeira coisa que fazia era passar num bar e trazer um docinho, uma maria-mole, alguma coisinha, coisa simples, a gente ficava tão contente.

Hoje a classe trabalhadora está com o salário tão achatado, os aposentados e pensionistas estão passando por essa circunstância, antes recebia quatro salários, depois cai para três e meio, vai caindo, do jeito que vai chegará o tempo aqui que vai ter aposentado que no final do mês devolverá dinheiro para a Previdência, porque a cada mês o Governo rouba, isso é um roubo, rouba um pedaço da aposentadoria de milhões de brasileiros. Se o cidadão se aposentou com cinco salários, na minha ótica, até morrer ele deveria com cinco salários, com oito ou com 10 salários. Mas, não, a cada mês o Governo embolsa um pedacinho do dinheiro do aposentado. E não se faz absolutamente nada. Eu não vi até hoje nenhum Presidente da República ser punido, nenhum Ministro da Fazenda ser punido.

O aposentado, todo alegre com a aposentadoria, passou a receber "x" salário mas, de tempo em tempo, o Governo assalta. Porque aposentadoria não é esmola do Governo. É um benefício que o empregador pagou e o empregado contribui também. Fica aqui a nossa esperança de que um dia o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça punam quem está metendo a mão no dinheiro do aposentado.

Vejo o aposentado recebendo a primeira parcela e uma boa parte dos idosos estão sendo explorados pelo filho. Tem filho que não vê o pai há anos, trata o pai no pontapé, com total falta de respeito e aí vai na casa do velhinho e leva o pai até a financeira para fazer um empréstimo. E o velhinho, para agradar o filho, acaba assinando e fica dois, três anos pagando e o salário quase desaparece. É o empréstimo mais seguro que o banco e as financeiras têm, porque não tem como escapar. O banco

não perde um centavo por esse empréstimo concedido para os aposentados.

Por último, o SEBRAE está promovendo um encontro em Foz do Iguaçu, esta semana, para incentivar o empreendedorismo feminino. Parabéns as mulheres! Tem muita mulher, que não quer mais ficar na dependência financeira do marido.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Lembro-me que uma noite a imprensa noticiou que o falecido Antonio Carlos Magalhães, deu até um quebra-pau lá, porque naquela noite seria votada a aposentadoria para donas-de-casa que não têm emprego fora de casa. Para a mulher se libertar dessa dependência do marido.

O caminho para o Brasil seria primeiro o Senado implantar essa aposentadoria, pois já passou da hora, para todas as donas-de-casa que não têm emprego fora.

Fico feliz com o SEBRAE, pois acaba de promover também uma grande feira dos empreendedores em Londrina. Foi uma das maiores feiras da história da minha cidade. Milhares de empreendedores da região inteira participaram do evento promovido pelo SEBRAE.

E, quando vemos essa vontade da mulher de ser uma vencedora, de ter o seu próprio negócio, sua própria empresa, fico meditando: onde estão os órgãos do Governo? Deveriam estar dando incentivo àquela dona-de-casa de baixa renda, que é viúva, não tem marido, ou o marido é doente, ou até sadio, mas trabalha, ganha pouco, e ela quer ter uma renda também. Sem condições de montar uma grande empresa, ela gostaria, quem sabe, de ter um barracão no seu bairro, ou na sua vila rural, ou no seu conjunto habitacional, onde ela pudesse aprender a fabricar algum tipo de produto e também ganhar o seu dinheiro.

Fico meditando, passo os olhos, em todos os jornais do Paraná que chegam até a Assembléia Legislativa e vejo uma inoperância total, atividade zero, quase zero dos órgãos do Governo que deveriam estar criando barracões. Tem muitas donas-de-casa, elas deram banhos nas crianças, fizeram o almoço, arrumaram a cozinha, mandaram o filho para a escola, quem sabe, das 13h30 até às 17h ou às 17h30, ela não gostaria de ser uma parasita, ficar ociosa, sem ter o que fazer dentro de casa. Ela gostaria de ter um local onde pudesse também desenvolver alguma atividade, mas para isso o Governo deveria montar esses barracões, deveria pôr gente para treinar essas mulheres, comprar as ferramentas de trabalho, custa baratinho cada ferramenta. Quer dizer, poderia se produzir muita coisa e que, no final da história, o próprio Governo acabaria lucrando, porque multiplicando os 399 municípios do Paraná, poderia ser um amontoado grande de novas rendas, até mesmo para os cofres do Governo do Estado do Paraná.

Então, Sr. Presidente, de vez em quando tem autoridade que chama a rádio, chama a televisão, faz uma fes-

tinha de araque para dizer que estão produzindo, que estão desenvolvendo. Tudo piada, tudo conversa fiada! Pouco ou quase nada é feito no sentido de levar o incentivo a essa mulher que tem vontade, sim, de trabalhar - que já trabalha muito dentro de casa - fora de casa, produzindo e vivendo com o suor do seu trabalho e não com o dinheirinho que lhe é dado pelo seu marido.

Então, parabéns ao SEBRAE quando incentiva a mulher empreendedora, evidentemente, em um nível financeiro maior. Mas eu cobro aqui, também, que os órgãos do Governo, não o SEBRAE, o SEBRAE não é do Governo, mas que os órgãos do Governo do Estado e do Governo Federal deixem de fazer fantasias pela imprensa e que, concretamente possam incentivar o treinamento dessa mão-de-obra, o aproveitamento dessa mão-de-obra feminina, que pode ser muito útil para a mulher e para o nosso próprio país.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador é o Deputado Artagão de Mattos Leão Júnior.

Deputado Artagão Júnior (PMDB)

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

(Lê):

“Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Acompanhamos nas últimas duas semanas, o maior evento esportivo do planeta, os Jogos Olímpicos de Pequim. Vimos pela televisão milhares de atletas tentando se superar, e à medida que transcorriam as competições, recordes e mais recordes foram caindo. Infelizmente, o nosso país não conseguiu um desempenho à altura do momento especial que vive o esporte brasileiro.

E quando eu falo de esporte, não me refiro apenas ao futebol, que é a grande paixão nacional. Falo também do vôlei, da natação, do atletismo, da ginástica, do hipismo, do judô, do automobilismo, enfim, das mais diversas modalidades.

Nosso país vem mostrando, nos últimos anos, que tem todas as condições de se tornar uma potência olímpica. Mesmo com as adversidades, muitas vezes com a falta de incentivo, nossos atletas saem do país e, rotineiramente ganham torneios, vencem competições importantes, como o maior deles que é a Olimpíada. Assim aconteceu com César Cielo e Maurrem Maggi, nossos medalhistas de ouro individuais em Pequim.

Mas, com muito alegria quero destacar aqui o excepcional desempenho das mulheres brasileiras nos Jogos Olímpicos. Nem todas foram vitoriosas, mas foram elas as responsáveis pelos momentos de maior emoção de nosso país.

O vôlei de areia feminino mostrou garra e superação, mesmo não levando medalha; a ginástica conseguiu colocar, pela primeira vez, uma equipe brasileira entre as oito melhores do mundo e que muitos, infelizmente, não

valorizam. O futebol feminino levou prata, por uma dessas fatalidades que muitas vezes não entendemos. Mas temos hoje, seguramente, as duas melhores jogadoras do mundo nesta modalidade.

O judô e o tae-kwon-do também nos deram duas importantes medalhas. Chegamos bem perto de uma medalha na maratona aquática, e no revezamento 4x100m chegamos em 4º lugar. E, claro, tivemos ouro de Maurrem Maggi no salto em distância e nossas meninas de ouro no vôlei.

Por tudo isso e por aquilo que certamente haverá de vir nas próximas competições, somos imensamente gratos às mulheres brasileiras. Nas pistas, nas quadras, nos campos, no tatame, enfim, aonde elas chegam, brilham. E muitas vezes, Srs. Deputados, não se faz jus a esse brilho, não damos o devido crédito a essas mulheres tão especiais, que muitas vezes têm de conciliar as tarefas domésticas ou o trabalho de mãe, com a missão de representar o nosso país. E quando o fazem, fazem com o coração. É isso que vimos na Olimpíada. E é isso que vemos onde há uma mulher competindo.

E numa Olimpíada onde as mulheres brasileiras brilharam, há uma que pouco foi mencionada pela imprensa, inclusive do Paraná. Srs. Deputados, a única mulher que esteve representando a arbitragem feminina brasileira nestes jogos que terminaram no último domingo foi uma paranaense da minha querida cidade de Guarapuava. A árbitra de tênis de mesa, Leonor Demário, mostrou que o Brasil tem não apenas boas atletas. A arbitragem feminina brasileira, paranaense, guarapuavana, também está de parabéns.

A Leonor, desde muito cedo, jogava pingue-pongue com seus 12 irmãos em Guarapuava. E já naquela época, era a responsável pela organização dos torneios familiares realizados na sala de sua própria casa. O tempo passou e a Leonor fez daquilo que gosta sua profissão, tornando-se campeã paranaense de tênis de mesa na década de 80.

Formada em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná, Leonor Demário tem especialização em Exercício e Saúde, Metodologia do Treinamento Científico e Técnica Desportiva, e mestrado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. Desde 1986, é funcionária de carreira da gloriosa Universidade Federal do Paraná, onde atua como Coordenadora de Extensão do Centro de Educação Física e Desportos.

Em 2006, Srs. Deputados, a Leonor se tornou a única árbitra brasileira "Blue Badge", o que a credenciou para representar o Brasil na China. Mas como a mulher paranaense tem a vocação para realizar sempre o melhor naquilo que lhe compete, a Leonor não deixou por menos: foi escolhida a segunda melhor árbitra do mundo na modalidade de tênis de mesa, apitando partidas importantes do torneio, incluindo uma semifinal e a disputa da medalha de bronze.

Contra fatos, não há argumentos, e portanto, essa homenagem à Leonor é mais do que justa. Afinal, ela

representou não apenas o nosso país, o nosso estado, a nossa querida Guarapuava, mas representou a força da mulher que luta, num mundo de tantas desigualdades históricas.

Fica o registro para que esta Casa aprove o requerimento que encaminhamos, com um pedido de que seja feito um voto de louvor a essa paranaense, entre outras como Natália Falavigna, do tae-kwon-do, a Mari do vôlei, que tanto orgulho nos deu nos Jogos Olímpicos realizados na China.

Era isso, Sr. Presidente."

Fica o registro para que esta Casa aprove este requerimento e encaminhamento que fazemos, homenageando aquela que tão bem representou o nosso Brasil, o nosso Paraná e a minha querida Guarapuava. A nossa homenagem à nossa querida Leonor, a nossa árbitra, considerada nesta Olimpíada a segunda melhor árbitra do mundo, levando e defendendo muito bem o nome do nosso país, do nosso estado e da minha querida Guarapuava.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero justificar a minha ausência na Sessão de ontem, uma Sessão importante, onde a Assembléia aprovou, pelo que me consta, por unanimidade o projeto do Plano de Cargos e Salários para os funcionários da rede pública estadual - que estão muito entusiasmados e contentes com a aprovação desse projeto - inclusive assisti ontem a noite o depoimento do professor Lemos, Presidente da APP, sobre o projeto aprovado, porque é uma conquista histórica para os servidores da rede pública estadual.

Tive uma reunião sexta-feira passada com zeladoras da região dos Campos Gerais e o entusiasmo é muito grande. Só temos a elogiar o trabalho da APP-Sindicato, dos funcionários, da Secretaria de Educação do Governo do Estado e da Assembléia Legislativa pela aprovação desse projeto.

Mas, justificando a minha ausência na tarde de ontem estivemos em Brasília reunidos durante mais de três horas no Ministério da Educação, uma ampla reunião onde participaram o professor Romeu Gomes de Miranda, que é o Presidente do Conselho Estadual de Educação, a professora Yvelise Arco-Verde, Secretária da Educação, a professora Lygia Puppato, Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia, o professor Mauricio Requião, membro do Tribunal de Contas do Estado, eu, a Deputada Luciana Rafagnin, representando esta Assembléia, e pelo MEC, o professor Carlos Bielschowsky, que é Secretário de Educação à Distância, Procuradores Jurídicos, Dra. Maria Paula Dallari e Dr. Esmeraldo Malhei-

ros, professor Celso José da Costa, Diretor de Educação à Distância e Helio Chaves Filho, também Diretor.

Ainda participou da reunião o professor Mario Pederneiras, Conselheiro do Conselho Nacional de Educação e Vice-Presidente da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação.

Na verdade, esse assunto da VIZIVALE é muito complexo, tivemos longos debates durante a reunião, mas o que ficou claro é a extrema boa-vontade que neste momento tem manifestado o Conselho de Educação para achar uma solução.

No final da reunião ficou claro que, essa solução passará por um curso de complementação para os alunos que fizeram o curso da VIZIVALE, porque o Ministério entende que aquela carga horária, pela análise que fizeram, investigação, é insuficiente para que eles tenham o diploma.

Então, a primeira diretriz é que deverá haver uma complementação. Mas o MEC se mostrou através dos seus representantes muito favorável para que o Conselho Estadual de Educação consiga encontrar uma solução complementar dentro do nosso estado do Paraná. Também, manifestou muito boa-vontade o professor Romeu, o Mario Pederneiras, a professora Lygia, e a Secretaria Yvelise, e neste momento decidimos que o Conselho Estadual vai providenciar um levantamento dos alunos envolvidos e sua distribuição no Paraná, para em seguida, ainda no mês de setembro, uma nova reunião em Brasília para os encaminhamentos legais e necessários, a fim de que os alunos tenham uma solução exitosa, efetiva para o registro dos seus diplomas.

Então, julgo que é um momento de mobilização. Ao mesmo tempo, em que o Conselho Estadual vai fazer o levantamento de todos os alunos, a distribuição por cada município, quais desses alunos já se encontram no exercício efetivo do magistério, porque esta diferenciação é muito importante, vamos reunir a Comissão e também mobilizar, através do Vice-Presidente da Associação dos Municípios do Estado do Paraná, mobilizar os representantes de pólo desse curso que são alunos que têm liderança da região e vamos ajudar a fazer essa mobilização permanente.

Estou convocando para quarta-feira da semana que vem, às 9h da manhã uma reunião da Comissão que presido, foi formada em Audiência Pública aqui na Assembléia em fevereiro e deverão participar todos os integrantes. Comuniquei hoje pela manhã, com o professor Paulo da VIZIVALE, estamos comunicando o professor Sanches da UNDIME, professor Romeu da APP-Sindicato, já está convocado, professor Lemos da APP-Sindicato, o nosso Promotor Cleiton Maranhão que já saiu daquela posição, mas virá porque faz parte da Comissão ainda, e todos os demais integrantes para que possamos, com a máxima rapidez, realizar a mobilização desses professores em todo estado para numa segunda ida a Brasília, agora em setembro, nós possamos dar solução definitiva, possamos apontar concretamente o caminho.

Nesse tempo a Secretária de Ciência e Tecnologia vai reunir o Conselho de Educação com a Secretaria Estadual para ajudar no encontro de uma solução definitiva para esse problema.

Foi importante na reunião uma questão que coloquei para o Secretário de Educação à Distância do Ministério da Educação, mostrei a ele a contradição que vive o estado brasileiro que é inexplicável: por um lado, em função de um conflito de parecer entre o Conselho Estadual e o Conselho Nacional que se recusa, até agora se recusava registrar os diplomas dos alunos que fizeram curso, pagaram R\$ 4 mil, fizeram o curso de boa-fé porque o Conselho Estadual autorizou a realização desse curso com base na LDB e o estado entende pelo conflito entre os Conselhos Estadual e Federal que não pode registrar o diploma, é o entendimento até agora.

Ao mesmo tempo, e eu mostrei ao Secretário que a Universidade Castelo Branco, uma universidade particular paulista, está oferecendo para quem quiser fazer uma complementação dos conteúdos, dizendo que ao final dessa complementação os alunos terão diploma de Pedagogia, nível superior, que é diferente do curso da VIZIVALE. O curso da VIZIVALE é um programa para séries iniciais do ensino fundamental, até a 5ª série e os centros municipais de educação infantil. Esses alunos fizeram uma carga de 2 mil 890 horas. Se eles entrarem na Universidade Castelo Branco, segundo documento da própria Universidade, basta que eles realizem mais 442 horas, em nove meses, pagando cerca de R\$ 200 por mês, eles terão convalidadas as disciplinas e terão completado o curso de Pedagogia, nível superior, podendo lecionar inclusive em universidades.

O mais chocante é que basta fazer as seguintes disciplinas: empreendedorismo - 34 horas; gestão de pessoas - 34 horas; introdução à informática - 34 horas; orientação educacional - 34 horas; ação supervisor - 34 horas; educação de jovens e adultos - 136; desenvolvimento sustentável - 136. Na hora que falei isso e mostrei o documento ao Secretário, ele pediu para entregar a ele o documento, porque considera isso uma denúncia e vai, imediatamente, fazer uma investigação, porque isso não pode estar acontecendo.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Eu queria, desta tribuna, esclarecer aos estudantes que me assistem pela televisão, que tenham o maior cuidado em começar a fazer o novo curso de convalidação das suas disciplinas, porque segundo as palavras do Secretário de Educação à Distância do MEC, isso não pode acontecer e esses alunos podem estar entrando num novo golpe. A posição do Secretário me chamou muito a atenção. Acho que nós desta Casa devemos abrir uma Comissão Especial de Investigação sobre certas instituições particulares que estão promovendo cursos de educação à distância para que não corramos o risco, daqui a

alguns anos, de estarmos vivendo o mesmo drama que estamos vivendo neste momento para conseguir o reconhecimento do diploma da VIZIVALE.

Então, vou requerer nesta Casa, estou muito convencido disso, devemos fazer uma Comissão Especial de Investigação com as representações partidárias, para termos uma análise do que está ocorrendo no Paraná. Porque me preocupou, percorri muitos municípios conversando com os alunos, há uma situação de angústia permanente.

Deputado Nelson Justus, recebi mais de 100 e-mails hoje pela manhã, fax, telefonemas, tal a angústia desses alunos que não têm culpa de nada, fizeram o curso de boa-fé, agora passaram em concurso, estão lotados nos municípios, o Tribunal de Contas pressionando os Prefeitos. Nós conseguimos segurar o Tribunal de Contas porque eles não têm o diploma reconhecido. Outros estão angustiados, vai ter concurso do estado e eles não sabem se serão aceitos para fazer o concurso. Alguns tiveram avanços na carreira, estão preocupados porque vão ter que retroceder de novo. Não é possível que esteja acontecendo isso.

Eu mostrava na discussão, a Deputada Luciana acompanhou, uma questão é a dialética, porque alguns dizem assim: "Não, porque se nós registramos os diplomas, estamos absolvendo aqueles institutos que agiram errado no passado."

Estou chegando à seguinte conclusão: é exatamente ao contrário. O não registro dos diplomas é que está permitindo, inclusive incentivando os alunos, de forma angustiada, a ter que se matricular em instituições privadas que estão cometendo um novo erro de pagar e estudar mais nove meses.

Então, é muito complicada essa idéia de que se registramos os diplomas estamos absolvendo os erros do passado. Não. Não é verdade isso. Acho que aqueles que erraram no passado devem ser investigados e punidos, porque só o que esses alunos já passaram e estão passando é um crime cometido contra eles, se alguma instituição agiu de forma equivocada.

Agora, na medida que dificultamos o registro do diploma, o estado brasileiro, estamos incentivando, de forma indireta, até que esses alunos procurem, até desesperadamente, uma forma de completar o seu curso. Muitos alunos já fizeram até pós-graduação em universidades privadas. Pós-graduação! E não terão também os diplomas reconhecidos, segundo a palavra, não minha, mas do Secretário de Educação à Distância do próprio MEC.

Então, temos que continuar trabalhando a favor do registro. Fazer esse levantamento completo no estado, mobilizar a Comissão, mobilizar os alunos e mostrar cada vez mais aos órgãos do estado, tanto do Paraná, como do Brasil, que a nossa preocupação aqui é tão-somente resolver uma questão social, que atinge 35 mil pessoas que fizeram o curso de boa-fé, pagaram por isso. Atinge também a escola pública do Paraná, na educação infantil e nas séries iniciais de 1º grau, porque como é

que ficarão 300 municípios sem professores se não conseguirmos registrar os seus diplomas?

Vamos continuar, peço um pouco mais de paciência, o meu desejo e de todos os Deputados é que pudéssemos ter trazido uma solução definitiva de Brasília. Mas viemos otimistas porque trouxemos uma perspectiva concreta de solução, na medida em que o MEC mostrou que ele está disposto a articular com o estado do Paraná, com o Secretário de Ciência e Tecnologia, a encontrar uma solução o mais depressa possível.

Essas são as informações que tinha para passar, principalmente para os estudantes que fizeram o curso, a comunidade paranaense e a imprensa do nosso estado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Todas as lideranças declinaram.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 200/08, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, estabelecer princípios para a proibição do corte de energia elétrica em imóveis residenciais habitados. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 201/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação, a construção da cobertura da quadra poliesportiva da Escola Estadual Princesa Izabel, no município de Cianorte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 202/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação, a construção da cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual Primo Manfrinato, no município de Cianorte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 203/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação, a construção da cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual Caio Mário Moreira, no município de Cianorte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 204/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação, a construção da cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual Izolda R. Liuti, no município de Indianópolis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 205/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação, a construção da cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual José Guimarães, no município de Cianorte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 206/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação, a construção da quadra poliesportiva da Escola Estadual Machado de Assis, no município de Tuneiras do Oeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 207/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação, a construção da cobertura da quadra poliesportiva da Escola Estadual Cuaraítava, no município de Tuneiras do Oeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2266, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, solicitando autorização para se ausentar da Sessão Legislativa Ordinária de 27/08/08, pelo motivo que foi convidado a participar, nesta data, da abertura da 17ª Convenção da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Paraná-FACIAP, que será realizada em Foz do Iguaçu, onde estará acompanhando o Sr. Governador do Estado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 2267, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, justificando sua ausência em Plenário, nos dias 25 e 27/08/08, face a compromissos parlamentares previamente agendados em sua região de atuação política. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 2275, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 28/08/08, para logo após o término da presente Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 307/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública a RFCC - Rede Feminina de Combate ao Câncer, de União da Vitória. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 307/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer, Regional de União da Vitória/PR e Porto União/SC, sede e foro no município de União da Vitória.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27/08/08.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PLAUTO MIRÓ - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 340/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, que declara de utilidade pública o Projeto Renascer, com sede e foro no município de Apucarana. **Aprovada.** (Publ. no DA nº 090/08, de 06/08/08, em Projetos de Lei).

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 012/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que cria a Frente Parlamentar em Defesa dos Royalties de Petróleo e Impostos Sobre Energia do Paraná. (Publ. no DA nº 074/08, de 25/06/08, em Projetos de Resolução).

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 335/08, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Bom Sucesso do Sul, com sede e foro no município de Bom Sucesso do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 259/08, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que altera dispositivo da Lei nº 15758, de 27/12/07, que dispõe que os créditos

decorrentes dos débitos imputados e inscritos em dívida ativa estadual na forma da Lei Complementar nº 113/05, que constituirão crédito do Tesouro Estadual, poderão ser parceladas em até 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDAS DA CCJ.

Em discussão. Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação as emendas. **Aprovadas.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 359/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 026/08, que objetiva instituir o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Estava analisando a questão que envolveu, apostado pelo Governador, aos itens 07, 08, 09 e 10, são quatro vetos que, em síntese, tratam de projetos de lei da mesma natureza, que padecem do vício formal incontornável sobre a ótica da constitucionalidade que não é superável, nem pela sanção do Governador, por conta de que são, na verdade, ou estadualização, ou doação de lotes públicos aos municípios, através de projetos de lei de iniciativa de Parlamentares.

Quero requerer a V. Exa., com a concordância dos demais Pares desta Casa, que fossem votados em bloco, os quatro vetos que temos na Ordem do Dia desta tarde.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Da mesma maneira que agimos ontem, colocamos à apreciação do Plenário. Se o Plenário concordar, em que pese não sejam todos os vetos semelhantes, porque um deles fala de estadualização de rodovia e o outro de cessão de uso da APAE para imóvel em Foz do Iguaçu, mas se houver concordância dos Srs. Deputados, poderemos votar em bloco.

Coloco em discussão a proposição do Deputado Luiz Claudio Romanelli, para que possamos apreciar em bloco, em que pese arranhemos, como bem diz o Deputado Nereu Moura, o nosso Regimento Interno. Se não houver ninguém que discorde, podemos apreciar todos em bloco.

Em votação o Requerimento nº 2286, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando a votação em bloco das Proposições de Veto de nºs 091/06: 053, 080, e 120/07, respectivamente itens 07, 08, 09 e 10, constantes da Ordem do dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Vamos votar, então, os quatro vetos. Apenas faço questão de lê-los, para que V. Exas. tomem conhecimento do que iremos votar nesta oportunidade.

Discussão Única (Proposições)

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 091/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 283/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a Estadualizar a Rodovia que liga o município de Braganey a Campo Bonito. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (votação nominal).

OF/CTL/CC nº 322/06

Curitiba, em 11/12/06.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 318/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 283/06, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face de esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado dos Transportes de que, no Orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, inexistem recursos para atendimento das despesas com a pretendida estadualização de estrada e que, a medida, caso acolhida, afrontaria a Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 283/06, encontra-se publicado no DA nº 054/06, de 23/05/06, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 091/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 283/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão foi aprovado nesta Casa de Leis no dia 17/10/06 e encaminhado à sanção.

O Sr. Governador vetou integralmente o projeto de lei, usando de suas prerrogativas constitucionais, e através de Ofício CTL/SEEG 322/06, de 11/12/06, no qual externou suas razões do veto, devolveu o autógrafo obedecendo assim os prazos estipulados no artigo 71 da Magna Carta Constitucional.

Cumpridos os ditames constitucionais e regimentais a Proposição de Veto em apreço está em condições de ser encaminhada para discussão e votação em Plenário,

segundo o rito especial estabelecido no artigo 213 do Regimento Interno desta Assembléia.

Sala das Comissões, em 05/03/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 053/07, veto aposto ao Projeto de Lei nº 069/07, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao município de São José dos Pinhais (Companhia de Saneamento do Paraná) - SANEPAR. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

OF/CTL/CC nº 094/07.

Curitiba, em 31/05/07.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 053/07, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 069/07, por julgá-lo contrário ao interesse público, porque, tratando de doação de bens imóveis do patrimônio de Sociedade de Economia Mista, havidos por desapropriação, obviamente para finalidade certa, não ensejará a mínima possibilidade de que a objetivada doação venha efetivar-se.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 069/07, encontra-se publicado no DA nº 005/07, de 05/03/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 053/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 069/07, de autoria do Deputado Francisco Bühner autoriza o Poder Executivo a doar imóvel que especifica pertencente à SANEPAR, ao município de São José dos Pinhais.

O veto governamental foi apostado dentro do prazo legal.

Assim, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição e o respectivo veto à apreciação do Plenário.

Sala das Comissões, em 26/06/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 080/07, veto apostado ao Projeto de Lei nº 360/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que autoriza o Poder Executivo a proceder cessão de uso à APAE de Foz do Iguaçu, do imóvel sito na avenida Paraná, 1536, localizado no município de Foz do Iguaçu. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

OF/CTL/CC nº 239/07.

Curitiba, em 25/07/07.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 149/07, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 360/07, tendo em vista que é considerado contrário ao interesse público, porque o imóvel em referência poderá vir a ser utilizado por órgãos da administração estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 360/07, encontra-se publicado no DA nº 049/07, de 16/05/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 080/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 360/07 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, autoriza o Poder Executivo a proceder cessão de uso à APAE de Foz do Iguaçu, do imóvel sito na avenida Paraná, 1536, localizado no município de Foz do Iguaçu, foi objeto de veto do Sr. Governador Roberto Requião.

Chamada esta relatoria a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer de que o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 28/08/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 120/07, veto apostado ao Projeto de Lei nº 336/07, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que autoriza o Governo do Estado a estadualizar a Estrada Kalynosky, rodovia que liga o município de Imbituva ao município de Ponta Grossa.

COM RELATÓRIO DA CCI, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

OF/CTL/CC nº 372/07.

Curitiba, em 31/10/07.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 273/07, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 336/07, por falta de interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a estadualização da Estrada Kalinsky, que liga o município de Ponta Grossa a Imbituva.

O Governo do Paraná estabeleceu compromisso com os seus cidadãos, de recuperar vias públicas em estado de conservação precário, com recursos do tesouro, sem recorrer à alternativa da implantação do pedágio e nem a empréstimos junto a organismos financeiros nacionais ou internacionais.

Todavia, o plano de recuperação das estradas obedece o cronograma de obras e, também, o cronograma financeiro, conforme estabelece a Secretaria de Estado dos Transportes no Sistema Rodoviário Estadual.

Saliente-se que o Sistema Rodoviário Estadual está previsto no Decreto Estadual nº 191/07 e a via em questão não integra tal sistema e, por isso, não há previsão orçamentária para a execução de obras.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 336/07, encontra-se publicado no DA nº 042/07, de 08/05/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 120/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 336/07, de autoria do Deputado Jocelito Canto, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo autorizar o Governo do Estado a estadualizar a Estrada Kalinsky, rodovia que liga o município de Imbituva ao município de Ponta Grossa.

Fundamentação

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado, ao julgar um processo inconstitucional, pode vetá-lo, num prazo que 15 dias úteis, contados da data de seu recebimento. Vejamos:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de 15 dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de 48 horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 19/02/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

Portanto, submeto a V. Exas. a votação em bloco dos quatro vetos.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente. Srs. Deputados, com toda a honestidade, acho que o Governador cometeu uma grande injustiça. Não com o Deputado Dobrandino da Silva, mas com a APAE de Foz do Iguaçu. Vejam os Srs. Parlamentares o que é que o Deputado Dobrandino da Silva pedia, ele não pede a doação do imóvel. O projeto do Deputado Dobrandino da Silva diz o seguinte: "Art. 1º Fica o Poder Legislativo autorizado a proceder a cessão de uso à APAE - Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Foz do Iguaçu, até 31/12/2010".

Agora, vejam os senhores a mensagem que o Deputado Dobrandino da Silva faz: "A Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Foz do Iguaçu, declarada de utilidade pública através da Lei nº 11156, de 25/07/95, vem utilizando como sede o imóvel acima descrito".

Senhores, a APAE de Foz do Iguaçu está usando este imóvel como sede, pertencente ao patrimônio do estado e cedido à entidade a título de cessão de uso, desde 1991! O Governo do Estado autoriza à APAE a cessão de uso do imóvel onde se localiza sua sede. E diz mais: "Cujo comodato venceu, necessitando, portanto, da efetivação de nova cessão de uso, através de lei, conforme o requisito 10 da Conquista Estadual".

Agora, vejam os Srs. Deputados o que disse o Governador do Estado do Paraná, em relação à cessão de uso de um imóvel para a APAE. Por essa razão, Deputado Romanelli, sei que V. Exa. representa o Governo nesta Casa, mas diante desse veto não há justificativa, não há como a Assembleia não querer derrubar esse veto! Olhem o que diz o Governador: "Tendo em vista que é considerado contrário ao interesse público, porque o imóvel em referência poderá vir a ser utilizado por órgão da Administração Estadual".

Srs. Parlamentares, se a APAE, que presta um serviço para as pessoas excepcionais, já está usando o imóvel desde 1991 e essa cessão de uso já expirou o prazo, é lógico que tem que se fazer uma nova lei. Então, não é concebível que nós, aqui na Assembleia Legislativa, concordemos com o veto do Governador do Estado do Paraná nesse projeto. Agora, se mantermos o veto, o Governador imediatamente tem que mandar um projeto para esta Casa, porque não podemos prejudicar a APAE de Foz do Iguaçu. Estou fazendo uma defesa do Deputado Dobrandino, que foi Líder do Governo do Estado. Com toda certeza, quando ele entrou com esse projeto, foi exatamente para resguardar o trabalho que a APAE fez.

Por essa razão, solicito aos Parlamentares que votemos NÃO, contra o veto do Governo do Estado, principalmente em se tratando de uma entidade como a APAE. E não é doação de terreno, mas cessão de uso.

Por essa razão, acredito que os Deputados, tanto de Oposição como de Situação, haverão de derrubar esse veto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, para encaminhar.

(Assentimento)

Sr. Presidente, quero dizer que nem o Deputado Elio Rusch acredita no que estava falando aqui neste microfone. E por quê? Porque ele sabe muito bem que o Governo já enviou à esta Casa uma mensagem com um anteprojeto que está tramitando nesta Casa, que trata justamente da cessão desse imóvel para cumprir o que dispõe a Constituição do Estado do Paraná, que a iniciativa desse projeto tem que ser do Poder Executivo.

Então, quero dizer que não dá para querer proporcionar à opinião pública e ao conjunto dos Parlamentares uma desinformação desse porte. Todos os temas que estão sendo tratados aqui já foram encaminhados, sendo que as estadualizações não serão feitas, e no que trata de doações, já foram devidamente encaminhados pelos Deputados que apresentaram os projetos de lei. É assim que este Governo trata de forma responsável. Então, que o Deputado Elio Rusch se informe melhor quando vai falar nos microfones da Assembleia Legislativa.

É por isso que pedimos pela votação do SIM, para manter os vetos que foram apostos pelo Governo, porque os temas estão todos muito bem encaminhados naquilo que tem que ser encaminhado.

É isso.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Para encaminhar, Sr. Presidente. Antes discuti e agora peço para encaminhar.

Deputado Luiz Claudio Romanelli, com todo o respeito que devoto a V. Exa., não sei se existe uma mensagem tramitando aqui na Casa, de autoria do Governo do Estado, cedendo esse imóvel para a APAE, mas se o projeto está tramitando nesta Casa, V. Exa. e o próprio

Governo deveria ter dito na mensagem quando vetou. Desculpem-me e perdoem-me a expressão, mas o Governador teve a petulância de colocar na mensagem dizendo: "Tendo em vista que é considerado contrário ao interesse público". Ora, ceder um imóvel para a APAE é contrário ao interesse público? No mínimo o Governador deveria ter colocado na mensagem que ele veta o projeto, mas encaminha uma nova mensagem para a Assembleia Legislativa, cedendo esse imóvel para a APAE.

E dizer mais, que se é competência do Governo, ele poderia sancionar esse projeto. Claro que poderia sancionar! Tranqüilamente! Como o Governador do Estado sancionou um projeto totalmente inconstitucional, apresentado pela Bancada do PMDB, que concedeu aumento para os Secretários? Isso é inconstitucional, foi apresentado pela Bancada do PMDB, e o que o Governador fez? Ele sancionou essa lei. Essa era inconstitucional. Aqui não aumenta despesa, não diminui a receita, apenas o Deputado Dobrandino, o que ele fez? Atendeu um pleito da APAE.

Então, me desculpe, Deputado Romanelli, mas o Governador do Estado errou, quando ele vetou. No mínimo ele deveria colocar: "Veto, mas encaminho uma nova mensagem". E não fazer com que nós andemos com uma bolinha de cristal no bolso para saber o que o Governador vai enviar para a Assembleia Legislativa.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)

Além das considerações perfeitas do Deputado Elio Rusch, gostaria de encaminhar com relação ao item 10. Um sonho da região dos campos gerais, projeto que autoriza o Governo do Estado a estadualizar a estrada que liga o município de Imbituva a Ponta Grossa. Foi vetado pelo Sr. Governador. Como estamos votando em bloco, o item 10 está indo no pacote. Precisamos votar contra esse veto, precisamos derrubar o veto, porque é um projeto que vai beneficiar muito a cidade de Imbituva e também a região de Ponta Grossa.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu defendo, por uma questão de princípio, que o Poder Legislativo tenha o direito de aprovar projetos autorizatórios, inclusive apresentei um projeto autorizando o Governo a criar rádio-escola. O Deputado Tadeu acabou de comunicar, a Comissão de Justiça ia rejeitar o meu projeto, tive que retirar. Mas a minha posição de princípio é essa. Fui Vereador em Ponta Grossa seis anos, lá era comum apresentarmos e aprovarmos projetos autorizatórios. Se aprova um projeto autorizatório, deixa o canal livre para o Governo. Ele faz se quiser, mas está autorizado a fazer. Então, não vejo nenhum problema em aprovar um projeto autorizatório, é uma forma do Parlamento indicar, forçar, abrir um espaço para se colocar perante a sociedade.

Então, por esse motivo vou votar contra os dois vetos do Governador. Acho que não há muito sentido dis-

cutirmos uma questão dessa, uma questão muito simples. Não tem nenhum motivo para aprovar esse veto, já que não implica em nenhuma questão substancial, mas se é uma questão de princípio eu defendo que Parlamento, a Assembléia, tem o direito de aprovar projetos autorizatórios. Por isso eu voto contra o veto.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, um projeto importante para Ponta Grossa, para Imbituva, e quero dizer que nós Deputados de Ponta Grossa vamos encaminhar um pedido de destaque do veto para que possamos votar separado essa proposição de veto que o Governador colocou nesse projeto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu iria exatamente fazer o que o Deputado Plauto acaba de pedir, peço o destaque dessa matéria, até porque é um projeto de nossa autoria e nós queremos derrubar o veto do Governo e estadualizar essa estrada do Calinoski, rodovia que liga o município de Imbituva ao município de Ponta Grossa. Por isso, solicito aos companheiros que nos ajudem para derrubarmos o veto, e o Deputado Plauto, como nosso Líder da Bancada de Ponta Grossa, já está encaminhando o requerimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, apenas para informar à Casa que a minha palavra, quando é dada, ela tem consistência. A palavra é séria. Deputado Pugliesi. Está aqui a Mensagem nº 007/08, que transfere à APAE de Foz do Iguaçu, está aqui a mensagem que tramita nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A grande dificuldade que esta presidência sente no momento é que votamos, eu coloquei em votação se votaríamos em bloco. Aprovamos. Depois de aprovado, o Deputado Plauto e o Deputado Jocelito solicitam destaque para que o projeto do Deputado Jocelito, a respeito da estadualização do trecho que liga Ponta Grossa, seja votado separadamente. Por essa razão, vamos ter que votar em bloco, até porque já decidimos essa matéria. Fiz questão de colocar e explicar bem.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Quero evocar o seu bom senso, pois ontem aconteceu isso com o Deputado Nereu Moura também. Está na mesma situação de ontem.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Pela Ordem)

V. Exa. colocou em votação ontem e eu questionei na hora.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

O Deputado Nereu Moura não sabe o que está falando. Faço uma aposta com ele que aconteceu o

mesmo aqui ontem. Tenho dois ouvidos bem atentos e o processo foi o mesmo de ontem. Já estava em processo de votação e V. Exa. concedeu. Podemos buscar as notas taquigráficas.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Pela Ordem)

Sei muito bem o que estou falando, Sr. Presidente.

V. Exa. colocou em votação, eu questionei na hora adequada e fiz um destaque ao meu projeto. E agora V. Exa. colocou em votação e foi aprovado o agrupamento dos quatro projetos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Fiz questão de dizer que os quatro projetos não têm semelhança. Fui bem claro.

Vamos votar em bloco.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, pedi para votar em bloco, mas pedi por economia processual, só por isso. Não é de natureza política.

Se V. Exa. quiser submeter novamente e votar individualmente cada um dos vetos, sou favorável.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, concordo que V. Exa. coloque em bloco, mas vou amanhã buscar as notas taquigráficas e vou provar a esta presidência e ao Deputado Nereu Moura que meus dois ouvidos não me enganam, pois faz 25 anos que escuto pelo rádio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vamos votar em bloco todos os vetos.

Deputados favoráveis ao veto votam com a expressão SIM e os Deputados que forem contrários votam com a expressão NÃO. Votando.

Vai se proceder à apuração. Dezoito Srs. Deputados votam com a expressão NÃO; 11 com a expressão SIM. **Estão mantidos os vetos.**

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimento nº 2254, de autoria dos Deputados Marcelo Rangel, Elio Rusch, Valdir Rossoni e demais Srs. Deputados, membros do Partido da Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero encaminhar favoravelmente, pedindo que a nossa Bancada aprove, até porque depois eu leio, muitas vezes, no site da Oposição, porque eles me mandam, principalmente o Deputado

Valdir Rossoni, ele tem um acesso de comunicação muito interessante, dizendo que a Oposição aprovou. Na verdade, quero dizer o seguinte: quem aprova um requerimento é o Plenário da Casa, independente se é Oposição ou Situação.

Então, quero deixar bem caracterizado porque tenho encaminhado para a aprovação, praticamente 100%, 99%. Só aqueles que são desaforos que eu tenho rejeitado, encaminhado para a rejeição. Mas, entendo que esse tema, aqui, até a quem interessa aclarar essa questão aqui suscitada pelo Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch, é o Superintendente dos Portos de Antonina e de Paranaguá. Ou seja, as perguntas estão bem formuladas, certamente vão ensejar a possibilidade de responder, de forma objetiva, o porquê que a APPA recebeu um auto de execução fiscal, e por que isso está acontecendo. Acho que é hora de trazer à opinião pública esse tema. Vamos verificar e vamos ter algumas surpresas com isso. É aquela história: pisa-se no rabo do gato e não sabe onde ele mia. Alguns vão se surpreender onde vai miar esse gato.

Então, quero encaminhar favoravelmente a esse requerimento, e quando tivermos a resposta oficial da APPA, vamos ter surpresas, Deputado Elio Rusch, V. Exa. estará aqui para ver.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, aprovamos também um requerimento direcionado à APPA, e infelizmente já passou o prazo e eles não entregaram nenhum tipo de informação. Então estamos cobrando, novamente, as informações, aqui na Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem todo o respaldo da Mesa Executiva, que será enérgica na cobrança dessa resposta.

Encerrada a discussão. Srs. Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 2269, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2271 a 2273, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2276, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcado outra para logo após o término da presente, conforme requerimento aprovado de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 335/08 e do Projeto de Lei Complementar nº 359/08.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 259/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 352 e 358/08.

Levanta-se a Sessão.



SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 105

95ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	26
Presenças	26
Abertura da Sessão	26
Expediente:	
Requerimentos	26
Ordem do Dia:	

Discussão/Votação

Redação Final	27
---------------------	----

3ª Discussão	27
--------------------	----

1ª Discussão	27
--------------------	----

Encerramento da Sessão	28
------------------------------	----

Publicações:

Diretoria Geral

Portaria DAT	28
--------------------	----

Atas de Comissão

Redação	29
---------------	----

DIÁRIO Nº 105

95ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

ATA DA 95ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2008

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Alysson Wandscheer, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Milton Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (38).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Durval Amaral, Elton Welter, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Reni Pereira e Ribas Carli Filho (12).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Dr. Batista e Teruo Kato (02).

Em licença o Sr. Deputado Edgar Bueno e a Sra. Deputada Rosane Ferreira (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária antecipada do dia 28, quinta-feira, conforme requerimento aprovado, de autoria do Deputado Luiz Nishimori.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2287

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a instalação de

uma Comissão Especial de Investigação, composta de 11 (onze) membros, com a finalidade de investigar os constantes acidentes ocorridos com trens, pertencentes à concessionária América Latina Logística - ALL, no estado do Paraná, com prazo de 90 (noventa) dias.

Sala das Sessões, em 27/08/08.

(a) FÁBIO CAMARGO

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente. Não há oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes, e nem no Horário das Lideranças.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 335/08, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Bom Sucesso do Sul, com sede e foro no município de Bom Sucesso do Sul. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 335/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Bom Sucesso do Sul - APMI, com sede no município de Bom Sucesso do Sul e foro no município de Pato Branco.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27/08/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 359/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 026/08, que objetiva instituir o plano de cargos, carreiras e vencimentos do quadro dos funcionários da educação básica da rede pública estadual do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 097/08, de 19/08/08, em Mensagens).**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 259/08, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que altera dispositivos da Lei nº 15758, de 27/12/07, que dispõe que os créditos decorrentes dos débitos imputados e inscritos em dívida ativa estadual na forma da Lei Complementar nº 113/05, que constituírem crédito do tesouro estadual, poderão ser parceladas em até 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDAS DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emendas - Aprovadas. Projeto - Aprovado.**

1ª Discussão

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 352/08, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de utilidade pública estadual a PROVOPAR - Programa de Voluntariado Paranaense, com sede e foro no município de Agudos do Sul. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 096/08, de 18/08/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 352/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, declara de utilidade pública estadual o PROVOPAR - Programa de Voluntariado Paranaense, com sede e foro no município de Agudos do Sul.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, conforme previsto no respectivo Estatuto Social, a correta denominação do Programa que se pretende declarar de utilidade pública é PROVOPAR de Agudos do Sul - programa de Voluntariado Paranaense de Agudos do Sul bem como, possui sede no município de Agudos do Sul e foro no município de Fazenda Rio Grande. Desta forma, a fim de adequar os dispositivos do presente projeto ao previsto no Estatuto Social da referida Associação, sugere-se a emenda modificativa em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somo de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 26/08/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 352/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual o PROVOPAR de Agudos do Sul - Programa de Voluntariado Paranaense de Agudos do Sul, com sede no município de Agudos do Sul e foro no município de Fazenda Rio Grande.

Sala das Comissões, em 26/08/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 358/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública a Fundação Associativa Guarani, com sede e foro no município de Colombo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 097/08, de 19/08/08, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 358/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost, declara de utilidade pública a Fundação Associativa Guarani, com sede e foro no município de Colombo, à rua Domingos Jorge Velho, nº 14, Vila Guarani.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, a fundação que se pretende declarar de utilidade pública também é designada pela sigla FUNAG, consoante o respectivo Estatuto Social. Além disso, não é necessário informar no projeto de lei o endereço da fundação, uma vez que o referido endereço consta em seu Estatuto Social.

Desta forma, sugere-se a emenda modificativa geral em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral em anexo.

Sala das Comissões, em 26/08/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 358/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda substitutiva geral, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual, a FUNAG - Fundação Associativa Guarani, com sede e foro no município de Colombo.

Sala das Comissões, em 26/08/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2287, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. **Não recebido pela Mesa.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 01 de setembro, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 259/08

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 353 e 358/008.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 239, 288, 327 e 356/08.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 107, 122 e 131/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portaria DAT

PORTARIA Nº 209/08 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 15750 de 27/12/07.

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 15750 de 27/12/07 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
3390 3988	2000	100	3.000.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
3390 3909	2000	100	100.000,00
3390 3917	2000	100	2.900.000,00
			3.000.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 25/08.08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto: Deputado Alexandre Curi - 1º Secretário

Atas de Comissões

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO

16ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Ribas Carli Filho, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 217/07, 011/08, 083/08, 202/08 e 203/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaíor Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaíor Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

16ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 017/08, 217/08 e

230/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaíor Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaíor Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

16ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 449/07, 205/08, 222/08, 228/08 e 236/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaíor Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaíor Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

16ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 142/08, 244/08 e 246/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaíor Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaíor Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

16ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente

abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 029/08 e 210/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

16ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 533/07, 061/08 e 168/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

16ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 165/08, 261/08, 267/08 e 238/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

16ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e oito,

na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 778/07, 691/07, 157/08 e 131/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

16ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 276/08 e 284/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

16ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de julho do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 409/07, 272/08, 262/08, 264/08, 265/08, 295/08, 296/08, 297/08 e 299/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária